

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 13.12.2017

Com o rápido desenvolvimento socioeconómico de Macau, o número de famílias com os dois elementos a trabalhar continua a alargar, mais, nos últimos anos, a taxa de nascimentos voltou a aumentar, segundo os dados divulgados pela DSEC, e, em 2015, o número de recém-nascidos atingiu 7055; em 2016, foram 7146; o aumento anual é de 91; e, nos primeiros três trimestres de 2017, chegaram já a 4846, e o seu aumento reforça o desequilíbrio das actuais quotas de procura e oferta de lugares nas creches, destacando-se mesmo o problema da difícil entrada nas creches das crianças em idade própria.

Para além da falta de vagas nas creches, existe também uma má distribuição das creches pelas várias zonas de Macau, causando grande pressão às famílias. Até Maio de 2017, existiam 52 creches com 9293 vagas em Macau, distribuídas pelas seguintes zonas: Norte – 2834 vagas; Sul – 3660 vagas; Ilhas – 2790 vagas. Ao mesmo tempo, conjugando com os Resultados Globais dos Intercensos 2016 (população por freguesias): zona Norte (freguesia de Fátima) – 245 mil pessoas, correspondendo a 37,6 por cento da população de Macau, sendo que 12 900 são crianças dos 0 aos 4 anos, o que corresponde a 41,6 por cento das crianças desta faixa etária de Macau. Por outras palavras, cerca de metade das crianças de Macau na idade de ingressar numa creche reside na zona Norte, mas esta zona só dispõe de 30,4 por cento do total de vagas, pelo que existe um grande fosso entre a oferta e a procura.

As autoridades afirmaram que, com as 53 creches que Macau terá até aos finais do corrente ano, mais as disponibilizadas pelas 5 creches ora em criação, poderá Macau dispor em 2018 de cerca de 11 mil vagas, mas o certo é que, durante o debate das LAG para a área dos Assuntos Sociais e Cultura do próximo ano, já se tinha apontado que o aumento do número de vagas nas creches não significa que se consegue satisfazer as reais necessidades da sociedade, especialmente as da zona Norte onde existe uma grave discrepância entre a oferta e a procura. O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura reconheceu francamente que a zona Norte não dispõe de mais espaços para a construção de creches, esperando a compreensão dos encarregados de educação.

Importa salientar, primeiro, que, em relação a cinco creches que o Governo está a criar, é preciso acelerar a elaboração de planos e a recepção de obras, fiscalizar e coordenar as entidades responsáveis, e concretizar a contratação do pessoal, a compra de equipamentos e a preparação da inscrição, para eliminar os factores de atraso e garantir a entrada em funcionamento destas creches na data prevista. Segundo, face à distribuição desequilibrada de vagas, especialmente na

zona Norte, onde a falta de vagas é inevitável a curto prazo, sugiro ao Governo que continue a assumir uma postura activa em procurar terrenos nessa zona, não aproveitados ou reservados para habitação pública, para a construção de creches, com vista a haver mais vagas e menos crianças desta zona a irem para creches de outras zonas.

A conclusão e o desenvolvimento da Zona A dos novos aterros vão, de certeza, resultar numa grande mudança populacional e no aumento súbito da procura dos serviços de creche, portanto, o Governo tem de planear, quanto antes, a instalação de creches nessa zona, ajustando as vagas para diversas fases etárias, e a sua distribuição e proporção em diferentes zonas, para resolver a distribuição desequilibrada. Mais, tem de avaliar e acompanhar continuamente as necessidades das famílias em relação a esses serviços, criando serviços diversificados para responder às necessidades derivadas de se criar crianças.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 13.12.2017

A construção dos 5 grandes mecanismos eficientes de longo prazo do Governo da RAEM

No relatório das LAG para 2013, o Governo afirma que vai construir 4 mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a vida da população, nomeadamente para a segurança social, saúde, educação, e habitação, por forma a dar continuidade ao aumento da qualidade de vida da população e a assegurar a partilha dos frutos do desenvolvimento em comunhão de esforços. E no relatório das LAG para 2014, aditou mais um mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos, perfazendo assim um total de 5 mecanismos eficientes de longo prazo, em prol do bem-estar da população. Até hoje, a construção dos referidos mecanismos já passou por vários anos, a economia que se encontrava na fase de ajustamento passou à fase de desenvolvimento estável, e o valor da mediana do rendimento mensal tem vindo a aumentar, o que demonstra uma melhoria da conjuntura geral, no entanto, o grande fosso entre ricos e pobres, decorrente do desenvolvimento económico, e o desequilíbrio na distribuição dos frutos originaram grandes contrastes sociais, constituindo um obstáculo para o contínuo desenvolvimento da sociedade.

Segundo o Relatório das LAG para 2018, vai ser dada continuidade ao aperfeiçoamento dos cinco mecanismos eficientes de longo prazo relacionados com a vida dos cidadãos, mas o Plano Quinquenal refere que *“Devemos ser firmes no desenvolvimento pleno, harmonioso e sustentável da economia e da sociedade e valorizar o progresso global da sociedade de Macau. A meta do futuro desenvolvimento económico de Macau já não consiste num crescimento acelerado, mas na procura da qualidade, da rentabilidade e do crescimento equilibrado, bem como na transformação do modelo de desenvolvimento, passando de um modelo de desenvolvimento extensivo a intensivo.”* A reserva financeira da RAEM já ultrapassou os 500 mil milhões de patacas, e o Plano de Participação Pecuniária de 2018, e vales de saúde, entre outras medidas de benefício totalizam 12 mil 890 milhões de patacas, representando mais de 10 % da despesa total de 109 mil 600 milhões; registou-se um aumento anual das verbas injectadas nas despesas relacionadas com a vida da população, e a sociedade quer o uso racional dessas verbas. Quanto às LAG para as diferentes áreas de governação, há quem entenda que “cada secretaria actua à sua maneira” e que só são lançados “planos provisórios de atribuição de abonos”, faltando os mecanismos regulares e os compromissos de cooperação inter-secretarias.

O Secretário para a Economia e Finanças afirmou no ano passado que o seu desejo era recorrer às leis e aos regulamentos para transferir parte das dotações da reserva financeira para o fundo de desenvolvimento e investimento, com vista a alcançar melhores taxas de retorno. Não existe um mecanismo de longo prazo

para a distribuição dos excedentes financeiros, e se os investimentos tivessem boas taxas de retorno, os residentes não perguntariam todos os anos sobre, por exemplo, a comparticipação pecuniária, vales de saúde, isenção e reembolso do imposto profissional, e a falta deste mecanismo não permite ter a verdadeira sensação de partilha dos frutos económicos. Quanto ao mecanismo a longo prazo da segurança social, o Governo já cimentou as bases jurídicas do regime de previdência central, mas quanto à segurança social de segundo nível, acabou de ser implementado o regime de previdência central não obrigatório, portanto, há ainda uma longa distância a percorrer até se chegar ao regime de previdência central obrigatório. Para além disso, as informações sobre o conjunto de medidas para reforço da protecção dos idosos pecam por falta de clareza.

Porém, os mecanismos eficientes de longo prazo são importantes porque são eficazes durante um grande espaço de tempo, e são regimes que asseguram o bom funcionamento e a maximização das funcionalidades do sistema. Face ao exposto, considero que o aperfeiçoamento dos mecanismos eficientes de longo prazo não passa apenas pelo lançamento de medidas temporárias nas LAG, mas antes pela avaliação científica, que transforma as medidas provisórias e temporárias em medidas eficientes de longo prazo, depois de ponderação meticulosa. Por isso, no futuro, é preciso fazer bem a distribuição dos saldos positivos, para apoiar os mecanismos eficientes de longo prazo no âmbito da segurança social, permitindo assim que a população usufrua do sucesso económico, e promovendo em conjunto o desenvolvimento. Os mecanismos das áreas da saúde, habitação, educação e recursos humanos devem continuar a ser aperfeiçoados, de acordo com os objectivos definidos no Plano Quinquenal. Também é preciso debruçar-se sobre os mecanismos científicos e permanentes no âmbito do rácio financeiro do ensino, a distribuição dos saldos positivos, a estabilização da oferta e controlo dos preços dos mercados imobiliários público e privado. Quanto à preparação dos recursos humanos, há que continuar a reforçar o prognóstico das necessidades dos diversos sectores, e definir planos de formação e reserva de talentos, atendendo ao desenvolvimento de Macau como “centro” e “plataforma” e à construção da Grande Baía.

IAOD da Deputada Chan Hong em 13.12.2017

Todos os anos nascem em Macau mais de sete mil crianças, das quais 5% enfrentam, provavelmente, situações de transtorno no seu desenvolvimento, daí a grande necessidade de serviços de terapia e de educação precoce para crianças. Em 2016 e 2017, o Governo criou o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e o Centro de Reabilitação e Terapia para Crianças, respectivamente, para a prestação de serviços de avaliação e de terapia mais expedita e com mais qualidade às crianças com transtornos de desenvolvimento, e com a sua entrada em funcionamento, reduziu significativamente o tempo de espera para avaliação e tratamento. Deu-se então um grande salto em frente quanto ao objectivo da “detecção para tratamento precoce”. Contudo, estes centros funcionam há pouco tempo ainda se registam algumas deficiências, como é natural, ao nível da experiência dos profissionais, os equipamentos são poucos, faltam recursos humanos portanto, o volume de trabalho é grande. Assim, como é que se pode garantir que a qualidade dos serviços não seja afectada?

Além disso, a terapia e a educação precoces não se devem cingir apenas à vertente dos serviços terapêuticos, mas sim estender-se até à vertente do desenvolvimento integral das capacidades das crianças. E é precisamente esta vertente que não tem merecido a atenção do Governo, por exemplo no que se refere ao programa de terapia especial precoce para crianças autistas e de introdução antecipada da linguagem gestual para crianças surdas. O Governo deve ter quanto antes em conta as necessidades ao nível do desenvolvimento integral das crianças portadoras das mais diversas deficiências, no sentido de reforçar os serviços de apoio comunitário, incluindo acções de formação e de acompanhamento para os encarregados de educação.

O maior problema com que Macau se depara é a falta de terapeutas. Existem 126 terapeutas, 85 ocupacionais e 25 da fala, e o rácio população geral/terapeutas é manifestamente inferior ao registado na Europa e nos Estados Unidos. Segundo o Governo, a curto prazo vai contratar mais terapeutas, a médio prazo vai planear a criação de cursos de terapia da fala, e a longo prazo vai incentivar os estudantes a frequentar cursos que tenham como especialidade a reabilitação e a terapia. Segundo o sector dos serviços sociais, o Governo está a lutar com a sociedade pela conquista de recursos humanos, os trabalhadores que têm experiência vão trabalhar para o Governo, e o número de profissionais nestas áreas não sofreu qualquer aumento. De facto, os serviços de terapia já existem desde sempre, a sua qualidade é variável, no entanto, a flexibilidade na prestação de serviços é grande, o que satisfaz as necessidades dos pais, pois conseguem poupar recursos. O Governo deve aproveitar as entidades cívicas e colaborar

sinceramente com estas para alcançar um resultado *win win*. O Governo precisa de agir para manter a estabilidade da equipa de terapeutas das entidades cívicas, devendo portanto trabalhar com seriedade no planeamento dos recursos desta área. Segundo o Governo, as associações vão gozar de mais financiamentos e subsídios, cujo valor vai atingir 1538 milhões de patacas. Espero que estes recursos não sejam aplicados apenas nos assistentes sociais, mas no ajustamento dos salários do pessoal da área do serviço social, com vista a manter a estabilidade quer das equipas de intervenção precoce quer das que prestam serviços sociais, e a atrair novas pessoas para trabalhar nesta área.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 13.12.2017

O Governo deve trabalhar para registar progressos na renovação urbana

Fala-se há mais de 10 anos sobre a reconstrução dos bairros antigos, mas até à data ainda não se registou nenhum progresso. As pessoas olham para os seus prédios a envelhecer, deparam-se com o desprendimento do reboco e não sabem até quando é que os seus prédios antigos conseguem manter-se de pé, vivendo todos os dias com esta preocupação. O Governo criou o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos e este até fez muitos estudos, mas o Governo extinguiu-o e eliminou todo o trabalho feito. Posteriormente, criou o Conselho para a Renovação Urbana para efectuar novamente estudos e adjudicou a uma empresa particular uma visita a Hong Kong e Singapura. Recentemente, o Governo referiu que ia encontrar terreno para construir habitações provisórias, mas depois disse que na zona A dos novos aterros não há lugar para a construção deste tipo de habitação e que vai encontrar outros locais para o fazer. Então, onde é que vão ficar estas habitações provisórias? Quando vão ter terrenos para isso? Já pensaram que os residentes das zonas antigas não têm muito tempo para estar à espera?

Quanto à renovação urbana, os cidadãos têm a sensação de que o Governo não assume a responsabilidade. Agora, a definição de propostas para renovação urbana e a elaboração de propostas de lei relacionadas estão a cargo do Conselho para a Renovação Urbana, e os estudos são adjudicados a empresas privadas, mas em mais de 30 projectos constantes do plano legislativo de médio prazo não existe nenhum respeitante à renovação urbana, e até parece que o Governo não está envolvido no assunto. Com a desculpa de que “não há terrenos”, o Governo não vai honrar o compromisso de construção de habitação provisória. Mas esta é a atitude que o Governo deve assumir? A produção de leis e os terrenos são problemas que sempre existiram, e o Governo está cá para os resolver, em vez de esperar que desapareçam.

Segundo o Presidente Xi Jinping, os dirigentes devem ter coragem e espírito de responsabilidade, portanto, espero que alguns dirigentes tenham estas palavras em mente, assumindo a sua responsabilidade e atrevendo-se a agir. Quanto aos assuntos alvo da atenção dos cidadãos e aos problemas mais complexos, devem aqueles fazer todo o possível e criar condições para ajudar os cidadãos a resolvê-los.

A renovação urbana está relacionada com a felicidade de milhares de famílias, portanto, não pode arrastar-se. Com vista a elevar a sua eficiência, entendo que, primeiro, é preciso separar bem os respectivos poderes e responsabilidades, isto é, os serviços de tomada de decisões devem disponibilizar propostas e tomar as devidas decisões, e os órgãos consultivos, após a elaboração da proposta inicial,

devem desenvolver a sua função de consulta. Ao longo de mais de dez anos, os serviços públicos, enquanto órgãos de tomada de decisões, ouviram, devidamente, as opiniões de vários sectores e fizeram muitos estudos, portanto, não devem continuar a repetir os estudos, devendo, sim, elaborar, rapidamente, uma proposta de lei, disponibilizar a solução e concretizar o seu calendário. Por seu turno, em relação à falta de terrenos para habitação temporária, o Governo deve ter uma atitude flexível para desbloquear o pensamento inerente, aproveitando o espaço da zona Norte para realizar a promessa “procurar, no curto prazo, terrenos para habitação temporária”, apresentada pelo Chefe do Executivo, com vista a criar mais condições viáveis para acelerar a renovação urbana.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 13.12.2017

Divulgar os planos de funcionamento do futuro Hospital das Ilhas

Em 2011, o Governo da RAEM estipulou o “Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde” – Planeamento a dez anos, que engloba 18 instalações, onde se inclui o Hospital das Ilhas e outras instalações de saúde públicas. O Hospital das Ilhas é a de maior envergadura e onde se vai despende mais recursos, mas até à data ainda não sabemos quando é que as obras vão terminar nem o seu orçamento final, só sabendo que já se despendeu cerca de 2 mil milhões de patacas, sem contar com as futuras obras de remodelação e aquisição de equipamentos, entre outros. A sociedade está muito preocupada, pois, se não calcularmos bem o nosso investimento, não sabemos quanto é que futuramente vamos despende com as despesas de saúde.

Para além das despesas de construção, no futuro, também vão surgir as despesas com o seu funcionamento, o que é muito importante e não se pode descurar. Os serviços competentes tinham afirmado que a envergadura do Hospital das Ilhas seria igual à do actual Centro Hospitalar Conde de S. Januário, isto é, vamos dispor de mais um hospital. Durante as LAG realizadas no presente ano, o Chefe do Executivo afirmou que, após a entrada em funcionamento do Hospital das Ilhas, o orçamento do Governo com as despesas de saúde vai duplicar, isto é, passar dos actuais 7 mil milhões para 14 mil milhões.

Se essa elevada despesa anual de 14 mil milhões puder ser utilizada de forma científica e eficiente, e se puder contribuir para os residentes, vale a pena desperdiçá-la. Mas a sociedade está preocupada com o surgimento de uma situação semelhante à do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, após a construção das instalações, cuja utilização não atinge a taxa prevista, e cujos recursos não foram colocados adequadamente ou bem aproveitados. Se o erário público for assim utilizado, é possível a qualquer momento tornar-se uma bomba-relógio.

De facto, pelas informações divulgadas, para além do andamento da construção, nada se refere sobre o planeamento detalhado do Hospital das Ilhas depois da sua conclusão. Como é que se ligará o actual sistema médico ao do futuro hospital; qual é o plano dos serviços faseados; como é que se eleva a eficiência médica; como é que se vai recrutar pessoal suficiente; como é que se evita o desaproveitamento das instalações; e quantos objectivos vão ser concretizados na prestação dos serviços aos doentes são um conjunto de questões que não estão esclarecidas e que fazem com que a sociedade fique confundida.

O Hospital das Ilhas, sendo um projecto relacionado com o bem-estar da população de Macau, não deve ser um empreendimento construído sem nenhuma justificação. Mais, não se deve pensar sobre o seu modelo de gestão e avaliar a

sua eficiência apenas depois de se ter construído a estrutura. Segundo as experiências internacionais e da China Continental, antes da construção de algum hospital de grande envergadura, é necessário haver um estudo completo e sistemático da viabilidade da sua necessidade, dimensão, critérios de avaliação, modelo de gestão, e benefícios económicos e sociais do empreendimento.

Se for feita uma pesquisa sobre as informações divulgadas na internet, para além do documento “Relatório Ponto de Situação do Progresso de Construção das Infra-estruturas do Sistema de Saúde”, verifica-se uma grave falta de avaliação detalhada sobre o projecto de construção do Hospital das Ilhas. Se foi feito algum estudo de avaliação, o mesmo deve ser divulgado quanto antes, caso contrário, é necessário acelerar o trabalho e colmatar essa lacuna, pois, não é só a população que não sabe, mas também os profissionais que não sabem como vai acabar a construção desse empreendimento, que é um hospital enorme, porque, eventualmente, poderá tornar-se um elefante branco. Se isso acontecer, quem terá confiança no mote dos “cinco anos brilhantes” para o sector da saúde?

IAOD da Deputada Leong On Kei em 13.12.2017

Segundo as LAG dos últimos anos, as autoridades propuseram várias vezes aumentar o número de lares para as pessoas portadoras de deficiência, para aliviar as necessidades de internamento hospitalar por parte destas. Face ao envelhecimento populacional e ao agravamento do “duplo envelhecimento”, aumentam as necessidades dos serviços prestados pelos lares nas famílias com portadores de deficiência. Mais, nalguns lares esses serviços ainda não são perfeitos, assim, espera-se que as autoridades consigam, tendo em conta as necessidades da sociedade, definir, científica e racionalmente, as metas para o respectivo plano, para garantir que os portadores de deficiência consigam usufruir de suficientes e adequados serviços de alojamento.

Segundo as autoridades, vão ser criados lares para deficientes no Fai Chi Kei e em Seac Pai Van, provavelmente suficientes para as necessidades. Mas vários encarregados de educação de deficientes preocupam-se com a eventualidade de os actuais serviços de lares não conseguirem dar resposta à futura procura, sobretudo face ao declínio precoce das funções corporais dos deficientes em comparação com as pessoas comuns, e os encarregados de educação idosos sentem o dobro da pressão ao nível do acompanhamento. Assim, as autoridades devem definir um planeamento prospectivo, efectuar estatísticas científicas sobre o número dos deficientes que necessitam dos serviços de lares, quer de indivíduos quer de famílias com duplo envelhecimento, e criar um regime de espera que preveja a distribuição, consoante as necessidades, das vagas dos lares, resolvendo, em especial e prioritariamente, os problemas das referidas famílias, para destinar as vagas às que têm necessidades mais prementes.

Mais, algumas associações subsidiadas pelo Governo dispõem de lares que dão formação a portadores de deficiência de grau leve e moderado, para, num prazo fixado, treinar a sua capacidade de autocuidados. Segundo alguns encarregados de educação, como algumas dessas pessoas não atingem a meta, não conseguem sair dos lares depois dos treinos, portanto, há falta de mobilidade em relação a estes lugares dos referidos lares. Quanto aos casos em que as referidas pessoas têm de continuar a permanecer nos lares, as autoridades devem adoptar as medidas necessárias para aumentar a mobilidade das vagas, elevando a cobertura dos respectivos serviços. Ainda segundo alguns pais, em casos de emergência em que não conseguem cuidar provisoriamente dos seus filhos portadores de deficiência, os lugares urgentes dos lares são a única escolha, mas neste momento os procedimentos de inscrição para estes lugares são complexos, gastando-se muito tempo. As autoridades devem simplificar esses procedimentos para ajudar os portadores de deficiência que precisam de lugares urgentes, como também adoptar medidas de apoio, por exemplo, atribuir subsídios e ajudá-los a residir em lares privados, a fim de resolver as suas necessidades urgentes.

O Governo afirmou que ia dar maior atenção aos cuidados sociais e ao apoio domiciliário para os portadores de deficiência, incentivando os encarregados de educação a aprender a cuidar deles. Assim, o Governo deve reforçar a sensibilização dos encarregados de educação para a promoção dos cuidados domiciliários e para as acções de formação sobre reabilitação, para que os cuidados sejam prestados de forma mais científica. Para além disso, há que reforçar a cooperação com as entidades dos serviços comunitários, alargando o âmbito dos serviços de apoio aos portadores de deficiência, por exemplo, reforçar os cuidados domiciliários para os que vivem sozinhos e para as famílias em que ambos os pais são empregados e que se deparam com dificuldades, a fim de reduzir os encargos das famílias com portadores de deficiência.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 13.12.2017

Em comparação com o ano passado, a situação económica de Macau sofreu mais uma vez melhorias, o que se reflecte nos investimentos empresariais. Segundo dados estatísticos, até ao 1.º semestre deste ano, existiam 2701 sociedades novas, um aumento de 443, isto é, 16%, face ao período homólogo do ano passado; e no que respeita às estatísticas de registo de capitais, o valor do capital social atingiu cerca de 7600 milhões de patacas, um aumento de 26,6% face ao 1.º trimestre do período homólogo do ano passado, e um aumento de 51 vezes no 2.º trimestre. Estes números conseguem demonstrar que houve melhorias no ambiente económico, o que constitui um aumento da atractividade para os investidores.

Mas, por detrás destes dados, há um aspecto que merece a nossa atenção. De entre as empresas recém-criadas, 2032, ou seja, 75%, têm o seu capital social mínimo inferior a 50 mil, e existem ainda muitas lojas pequenas, nas ruas e travessas, que não estão registadas como sociedades, portanto mantém-se a predominância das micro, pequenas e médias empresas no mercado, e o bom ou mau andamento dos seus negócios vai afectar o emprego e a vida de milhares de famílias. O Governo deve seguir as medidas definidas no Plano Quinquenal e nas LAG, a fim de criar um melhor ambiente de vida e de negócios em Macau. Assim, proponho o seguinte:

Primeiro: que em termos internos, o foco incida na melhoria do ambiente de negócio. A política de preferência às empresas locais no âmbito da aquisição de bens e serviços deve ser implementada com seriedade, devendo então acelerar-se a revisão das leis e das instalações básicas, por exemplo, os métodos de pagamento usados em Macau já não estão a acompanhar o desenvolvimento. O Governo aplicou muitos esforços nesta área, no entanto, deve definir métodos exequíveis para satisfazer as necessidades do mercado. É necessário aplicar mais esforços no apoio aos jovens criadores de negócios. Nesse sentido, devem ser definidas mais políticas e medidas viáveis, iniciando-se o processo logo nas escolas; deve ainda promover-se a cooperação entre Governo e população, criar condições para facilitar os empréstimos, e incentivar a criação de negócios. Nada impede o Governo de tentar criar alguns negócios-piloto nas zonas comunitárias onde houver condições, para aumentar, através da prosperidade do turismo, o dinamismo das lojas e criar bom ambiente de negócio, para com base nisto dar lugar à formação gradual de círculos comerciais que tenham como centro uma zona comunitária.

Segundo: criar condições para que a entrada de capital e para as empresas se desenvolverem no exterior. Com o rápido desenvolvimento económico de Macau registado após o Retorno, muitas micro, pequenas e médias empresas já dispõem de condições e confiança suficientes para alagarem os negócios. Mas isso é difícil, pois os recursos de Macau são limitados e o mercado

é pequeno. Neste momento, como a cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau para o desenvolvimento da Grande Baía já está incluída na estratégia estatal, e a plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa já está amadurecida, o Governo deve pensar em como aproveitar estas duas plataformas para atrair fundos de investimento para as micro, pequenas e médias empresas locais. Por exemplo, pode criar mais bases, nas cidades da Grande Baía, para os jovens empreendedores poderem entrar em mercados mais alargados e expandir os seus negócios. O Governo deve estudar e prestar mais atenção a esta tarefa.

Espero que o Governo defina políticas e medidas eficazes para apoiar as micro, e as pequenas e médias empresas que ocupam um grande peso no mercado, com vista ao melhoramento contínuo do ambiente de negócios de Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 13.12.2017

O problema de infiltrações de água nos edifícios é difícil de ser tratado e se é grave e não é tratado atempadamente, para além de afectar a vida quotidiana dos moradores, afecta também a estrutura do edifício.

O Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água (CITIA) foi criado pelo Governo em 2009, a fim de promover que os proprietários das fracções com problemas de infiltrações de água efectuassem reparações, mas, sob o actual regime, se os proprietários em causa não cooperarem, os moradores prejudicados só podem entrar nas fracções suspeitas de infiltrações, proceder a exames e exigir ao proprietário em causa que efectue reparações ou até pedir indemnizações, depois de obtida a autorização mediante acção judicial, o que é um procedimento bastante complexo. Portanto, se não for resolvido o problema da “dificuldade de entrar nas fracções”, isso afecta, certamente, os efeitos do referido centro.

Segundo os dados estatísticos do Instituto de Habitação (IH), até aos finais de Novembro do corrente ano, o CITIA recebeu 16 467 casos, e em 14,3 por cento deles, isto é, em 2130 casos, os proprietários continuam sem colaborar nem proceder às devidas reparações.

Os Serviços de Assuntos de Justiça afirmaram que, com vista à simplificação dos procedimentos e ao aumento da eficiência judicial, iam rever o Código de Processo Civil (CPC), por forma a resolver, rápida e efectivamente, os casos de infiltrações, que tanto afectam a vida da população. Em Maio, o Presidente do IH, Arnaldo Santos, afirmou, na resposta a uma interpelação escrita minha, que pretendia obter mais informações sobre o regime jurídico de processo civil de outras regiões e ouvir opiniões dos órgãos judiciais, da Associação dos Advogados e dos respectivos sectores, esperando que a proposta de lei entrasse em processo legislativo em 2018. Muitos residentes querem que o Governo conclua, quanto antes, a revisão do CPC, recorrendo a mecanismos de modo a resolver o problema da “dificuldade de entrar nas fracções”.

Por outro lado, os casos são muitos e o CITIA demora muito tempo no acompanhamento e na elaboração de relatórios, não sendo possível dar resposta às expectativas da população. O CITIA, para além de aperfeiçoar os procedimentos e elevar a eficiência, deve ainda aproveitar as forças da sociedade para o tratamento de alguns casos, a fim de encurtar o tempo das inspecções e evitar a acumulação de trabalho. Por exemplo, os serviços públicos e as associações organizaram, em conjunto, cursos de formação para a inspecção de infiltrações nos prédios, e existem vários formandos que já concluíram estes cursos e têm experiência e aptidão técnica. Assim, o IH deve divulgar no seu *website* informações relativas à qualificação profissional dos referidos formandos, a fim de proporcionar aos residentes mais uma opção para encontrar especialistas na área das inspecções e reparações, aliviando a pressão do CITIA, e, ao mesmo

tempo, dar mais uma opção de resolução rápida das infiltrações aos residentes com casos prementes.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 13.12.2017

As receitas brutas do jogo registaram um aumento de 19,1% nos primeiros dez meses deste ano, e o PIB também teve um aumento anual de 11,4%. O exercício das empresas de jogo tem sido satisfatório, contribuindo para o aumento das receitas financeiras do Governo. Apelo ao Governo da RAEM para aumentar, adequadamente, os recursos aplicados nos serviços sociais e na educação e para incentivar as empresas de jogo e as outras com condições a aumentarem, quanto antes, o salário dos trabalhadores, com vista a que estes possam partilhar dos frutos económicos!

Depois do retorno à Pátria, a economia de Macau, em geral, tem tido um desempenho distinto, mas as remunerações têm representado uma parcela relativamente reduzida no PIB. Para vários trabalhadores, o aumento salarial tem sido, ao longo de vários anos, mais baixo do que a inflação, daí a impossibilidade da partilha dos frutos do desenvolvimento económico. Segundo o “Inquérito sobre o grau de satisfação em relação ao salário dos sectores de serviços e de venda a retalho de Macau 2016”, da Federação das Associações dos Operários de Macau, no último ano, o salário de 61% dos inquiridos não foi aumentado ou foi mesmo reduzido. Em termos gerais, os inquiridos dos sectores dos serviços e da venda a retalho não estão satisfeitos com o seu nível salarial. Nos últimos anos, o custo de vida tem registado alguma descida, no entanto, as rendas e o preço das casas continuam elevados. O moral e a qualidade de vida dos trabalhadores têm sido gravemente afectados, pois os seus salários não são adequadamente aumentados.

Quanto ao sector do jogo, as seis empresas congelaram salários durante a fase de ajustamento das receitas do jogo. Houve um ligeiro aumento salarial este ano, mas a taxa não foi satisfatória. Com as abundantes receitas do jogo deste ano, as empresas têm condições para aumentar a referida taxa e para, consoante a sua situação, atribuir prémios, com vista a que os trabalhadores partilhem dos frutos económicos.

Neste momento, os recursos das escolas integradas na rede e das várias associações de serviços sociais provêm das dotações do Governo. Nestes últimos dois anos, devido às limitações de recursos do Governo, os salários do pessoal que presta serviços sociais não sofreram qualquer alteração, afectando o seu moral. As associações civis têm desempenhado um papel importante, ajudando o Governo no apoio aos mais vulneráveis e na promoção da harmonia social, mas a estabilidade desse trabalho pode ser afectada pela perda de pessoal, se os salários não forem adequadamente aumentados. Quanto aos docentes, como o Governo só aumentou os subsídios do ensino gratuito e das propinas para o ano lectivo de 2017/2018, as escolas foram afectadas ao nível da definição de programas e actividades, e dificilmente vão aumentar os salários dos docentes.

A fim de manter a estabilidade da equipa de pessoal dos serviços sociais e da equipa de docentes, de promover o desenvolvimento dos serviços sociais e de elevar a qualidade do ensino, solicito ao Governo que disponibilize recursos adequados, com vista a garantir os salários e as regalias do pessoal, bem como a estabilizar os recursos humanos, para que sirvam a sociedade com todo o coração. Para além disso, há também que incentivar as empresas do jogo e outras unidades de serviços públicos a aumentarem os salários do seu pessoal, para, com isto, incentivar os outros sectores a fazerem o mesmo, no sentido de todos os trabalhadores poderem partilhar dos frutos do desenvolvimento económico.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 13.12.2017

Em Hong Kong, foi introduzido o pagamento electrónico que pode ser usado nos mercados e até nos táxis; na China, uma famosa plataforma de pagamento electrónico de terceiros já pode ser usada nos táxis de Nova Iorque. O pagamento electrónico é uma tendência dos tempos, mas o seu desenvolvimento em Macau não é o ideal.

Uma associação realizou uma investigação relativa à vontade dos residentes sobre a introdução do pagamento electrónico aos vendedores dos mercados e ruas, e mais de 90 por cento dos entrevistados apoiam isto, o que demonstrou necessidades potenciais. Mas cerca de 50 por cento dos vendedores não o aceitam, devido a problemas técnicos e operacionais, de custos e de segurança. Note-se aqui que os residentes apoiam isto, só que as empresas pequenas não o aceitam muito, devido à falta de apoio e aos respectivos custos.

Com a generalização dos telemóveis e da internet, e a mudança de hábitos de compra, o pagamento electrónico já não é estranho para os residentes, mas a sua generalização em Macau não é ainda satisfatória. O Grupo de Trabalho Interdepartamental para a Promoção do Comércio Electrónico, criado em Agosto de 2015 e composto pelos Serviços de Finanças, Autoridade Monetária de Macau, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, e ainda pela Transferência Electrónica de Dados – Macau EDI VAN, S.A., responsabiliza-se por definir e promover medidas favoráveis ao desenvolvimento do comércio e do pagamento electrónico. Alguns trabalhos efectuados por este grupo merecem o nosso reconhecimento, e pode verificar-se o surgimento de mais formas de pagamento electrónico, mas, na sua maioria, os seus utentes são médias e grandes empresas, e as pequenas empresas raramente o utilizam. Espero que esse Grupo de Trabalho possa definir políticas para incentivar mais empresas a utilizar o pagamento electrónico e, quanto aos serviços públicos, devem servir de exemplo e facilitar a vida aos cidadãos, permitindo-lhes que efectuem o pagamento electrónico nesses serviços.

Anualmente, um grande número de turistas visita Macau, dos quais a maioria é proveniente da China, e de entre eles muitos estão habituados a pagar as contas através do sistema electrónico. Mas nem todas as lojas de Macau dispõem dessa forma de pagamento ou, mesmo apetrechadas com o sistema, os turistas podem não estar familiarizados com as plataformas de pagamento disponíveis. Com a construção da Grande Baía, a relação entre Guangdong-Hong Kong-Macau torna-se cada vez mais estreita, e a interconexão das diversas plataformas de pagamento electrónico produz efeitos significativos no desenvolvimento da economia e das actividades comerciais e turísticas. O Governo de Macau deve tomar a iniciativa de comunicação com os outros dois Governos, incluindo as instituições financeiras, por forma a ajudar as instituições locais na introdução ou interconexão de plataformas de pagamento electrónico, facilitando assim a vida

aos visitantes e à população. O Governo deve ainda criar condições para generalizar o uso desse tipo de pagamento, melhorando as redes e resolvendo as questões transfronteiriças e jurídicas, a fim de construir uma base sólida para Macau se tornar uma cidade inteligente.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 13.12.2017

Promover o Governo da RAEM a dar importância ao desenvolvimento do ensino técnico-profissional

Sr. Presidente e colegas:
Boa tarde.

No Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior, o Governo da RAEM apresenta o seguinte: “desenvolver um ensino técnico-profissional que corresponda [às] necessidades da diversificação adequada das indústrias; otimizar os cursos do ensino técnico-profissional e aumentar os alunos deste ensino; [e] mobilizar o dinamismo das empresas [para a] participação [no] ensino técnico-profissional”. O Plano Quinquenal também faz, em relação ao ensino técnico-profissional, a seguinte menção: “Quanto ao ensino técnico-profissional, serão efectuadas mais [acções de divulgação] sobre o seu regime e funcionamento, será introduzida a participação de empresas dos respectivos sectores, e esforçar-nos-emos por obter uma atitude positiva dos encarregados de educação, de modo a conseguir um maior número de inscrições de alunos. Dessa forma, será impulsionada a renovação do ensino técnico-profissional”.

Contrariamente ao pretendido, nos últimos anos, o número de alunos no ensino técnico-profissional tem descido. Segundo os dados da DSEJ, no ano lectivo 2012/2013, existiam 1861 alunos em cursos técnico-profissionais, representando 10% dos alunos do ensino secundário, número esse que desceu para 8%, aliás, para 1314 alunos no ano lectivo de 2016/2017. Esta descida pode talvez dever-se à diminuição do número total de alunos, no entanto, a redução da sua percentagem em relação ao número total dos alunos no secundário já demonstra a falta de atractivo do ensino técnico-profissional.

O ensino técnico profissional é parte indispensável da diversificação do ensino e do desenvolvimento económico de Macau. Segundo o relatório do Estudo sobre o Método de Desenvolvimento do Ensino Técnico-Profissional de Macau, encomendado pela DSEJ ao Instituto de Ensino Técnico-Profissional da Academia de Ciências de Educação de Xangai, o desenvolvimento do ensino técnico-profissional constitui uma base segura para transformar Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e numa “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, e esta vertente de ensino pode ajudar a promover o desenvolvimento sustentado das indústrias de Macau, satisfazendo as necessidades educativas diversificadas dos residentes. O relatório aponta ainda vários problemas, a saber: o regime necessita de aperfeiçoamento, as escolas técnico-profissionais não são atractivas, é fraca a

cooperação entre as escolas e os sectores, a qualidade dos professores precisa de melhorar, etc. O relatório identifica as dificuldades no desenvolvimento desta vertente de ensino, portanto, o Governo deve dar a devida atenção ao assunto e arranjar soluções.

A opção pelo ensino técnico-profissional é pessoal, mas a promoção do seu desenvolvimento é uma responsabilidade do Governo à qual este não pode esquivar-se. Mas devido a diversos factores sociais, esta vertente de ensino não tem merecido a devida atenção, o que em nada contribui para o desenvolvimento diversificado do ensino, nem corresponde à procura de quadros técnico-profissionais. “Promover a prosperidade de Macau através da educação” e “Construir Macau através da formação de talentos” são linhas orientadoras das LAG, assim sendo, há que desenvolver o ensino técnico-profissional, caso contrário, tudo não passará das meras palavras. Espero então que, no respeitante ao ensino técnico-profissional, o Governo reforce o rigor dos investimentos e a eficácia da divulgação, aperfeiçoe quanto antes os respectivos diplomas legais, e acelere a criação do regime de qualificação técnico-profissional de Macau, por forma a resolver as dificuldades no desenvolvimento daquele tipo de ensino e a concretizar a promessa consagrada nas LAG.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 13.12.2017

O trânsito em Macau está cada vez pior e tem sido sempre alvo de muitas críticas da população. Segundo os Serviços de Estatística e Censos, nos últimos seis meses, registou-se, em média por mês, a entrada em circulação de cerca de 1400 veículos novos. Como todos sabem, existem muitos veículos em Macau, e com as sucessivas obras viárias, as vias públicas ficam ainda mais congestionadas. Para atenuar a pressão das vias públicas e o trânsito, o Governo deve implementar, de facto, a política de “primazia dos transportes públicos e deslocações ecológicas”, criando uma rede automática de circulação pedonal.

O Governo planeou criar uma série de sistemas pedonais nas diversas zonas da cidade, mas, até à data, para além do da Baía de Nossa Senhora da Esperança, da passagem superior para peões na Rotunda Ouvidor de Arriaga e do sistema pedonal do Miradouro da Colina da Taipa Pequena na Taipa, bem como das escadas rolantes da Rua Surpresa, do acesso pedonal entre a Zape e a Guia, e do túnel de peões junto à Colina da Guia em Macau, mais nenhum outro plano, especialmente próximo dos bairros comunitários, está a ser promovido. Já em 2008, na “Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau 2010-2020”, o Governo propõe a construção de um sistema pedonal automático para ligar as Portas do Cerco ao Terminal Marítimo do Porto Exterior, mas até a agora, nenhum macro plano foi publicado, portanto, a população acha que a capacidade do Governo é insuficiente. Os moradores dos bairros antigos até dizem que querem andar a pé, mas como as passadeiras são estreitas, com muitos obstáculos e sem cobertura superior nos dias de chuva, só podem recorrer aos seus carros. Assim, esperam que o Governo crie sistemas pedonais nos seus bairros, para resolver as dificuldades nas deslocações.

Na minha opinião, Macau é uma cidade pequena, por isso reúne condições para concretizar a política de deslocação pedonal. No entanto, falta interligação entre os actuais sistemas pedonais e as instalações complementares são insuficientes, pois como a maior parte delas destinam-se ao turismo e lazer, não podem ser utilizadas nas deslocações do dia-a-dia. Proponho ao Governo que proceda a um novo estudo sobre a construção de sistemas pedonais, construindo redes pedonais automáticas nos bairros antigos, transformando os sistemas pedonais em vias para percursos curtos e intersecções com os táxis e autocarros, por forma a aliviar a pressão do trânsito e impulsionar a concretização das “deslocações verdes”, em prol do bem-estar dos cidadãos!

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 13.12.2017

Aprender com História do passado para a construção de uma Macau feliz

Hoje é o Dia de Homenagem Nacional às Vítimas do Massacre de Nanjing, que aconteceu há 80 anos. A guerra contra a invasão japonesa na China é considerada como o mais devastador conflito militar antifascista na história contemporânea da China. Tratou-se também de uma guerra de libertação do grande povo chinês, que conseguiu a plena vitória da China no combate contra a invasão de uma potência inimiga do exterior.

Porém, desde a Guerra do Ópio, a China foi confrontada com uma série de invasões das potências imperialistas, que obrigaram o governo chinês a assinar diversos tratados desiguais, que tinham por objectivo roubar o poder e humilhar o País, transformando uma China que possuía autonomia num país semicolonizado e semifeudal. Para conseguir a independência do País e a libertação do seu Povo, muitos patriotas abandonaram as suas famílias, tendo mesmo sacrificado heroicamente as suas vidas nos combates contra os invasores imperialistas em conflitos prolongados. Na guerra contra a invasão japonesa, todo o Povo Chinês se uniu para combater as forças inimigas, tendo saído vencedor com a derrota incondicional do imperialismo japonês, acabando com essa História humilhante do nosso País. A guerra contra a invasão japonesa elevou o estatuto internacional do nosso País, reforçou a auto-estima e o orgulho nacionais do nosso Povo, e representa o importante ponto de viragem da sua decadência para o rejuvenescimento, lançando as bases para a estabilidade social do País.

A felicidade não é algo imediato. Embora estejamos numa nova era de desenvolvimento pacífico, é preciso compreender que a paz do país resultou dos contributos de centenas de milhões de compatriotas chineses que lutaram, na altura, contra a guerra, sacrificando-se. Assim, a prosperidade e estabilidade de que Macau se reveste hoje em dia exigiram igualmente, na altura, muitos esforços e contributos. Por isso, para além de aprender com a história, o Governo deve, a par da resolução dos problemas relacionados com a população, pensar nas adversidades, durante os bons tempos, otimizar as leis desactualizadas e concretizar a Lei Básica e o princípio “Um País, dois Sistemas”, bem como reforçar a divulgação e promoção da educação do amor por Macau e pela Pátria, prosseguindo com os contributos para a paz e estabilidade da Nação. O Governo da RAEM, mormente os titulares dos principais cargos, devem assumir a liderança na aprendizagem do conceito amar Macau, amar a Pátria, e conhecer o processo de desenvolvimento da Pátria e de Macau. Para que sejam funcionários públicos competentes, é preciso servir bem a população, satisfazendo as suas expectativas, e é desta forma que se eleva a qualidade dos serviços e a eficácia administrativa. Deve-se ainda promover a aprendizagem da História nacional e implementar as acções governativas, sob o ponto de vista de um País e com base

na cientificidade. Devem ainda ser tolerantes, ouvidores da opinião pública e servidores da população, pois é assim que, em conjunto, construímos um Macau feliz.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 13.12.2017

Mobilizar os recursos do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho para criar mecanismos transitórios e assegurar aos trabalhadores locais com baixos rendimentos das pequenas empresas um salário mínimo e estabilidade de emprego

Em 2014, quando foi apresentada à AL a proposta de lei sobre o salário mínimo para a área da administração predial, o Governo prometeu que ao fim de três anos de aplicação da lei o salário mínimo ia ser universal. Mas antes disso se concretizar, o Governo deve começar a planear a mobilização dos recursos do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho e criar mecanismos para apoiar as pequenas empresas a cumprir com o salário mínimo e manter a relação de trabalho com os seus trabalhadores locais que auferem salários baixos, assumindo essa solução como mecanismo transitório do regime de salário mínimo (já apresentei propostas concretas sobre isso, e o Governo já respondeu duas vezes a interpelações minhas em 2015, afirmando que ia estudar o assunto). No passado mês de Maio, na resposta a uma interpelação minha, o Governo revela que já activou os trabalhos preparatórios da auscultação pública, sublinha que a sua posição é de abertura quanto à criação de um mecanismo transitório e que vai estudar o assunto tendo em conta a realidade local, mas até hoje nada mais se viu. No documento de consulta sobre o salário mínimo universal, o Governo não disponibiliza a opção de um mecanismo transitório, o que é lamentável.

Durante o debate das LAG da área da economia e finanças, o Secretário revelou que houve preocupações quanto ao Governo ter de assumir toda a responsabilidade em relação ao salário mínimo, e que ia recolher opiniões e efectuar estudos.

Volto a afirmar o seguinte: o Governo deve avançar já com estudos sobre a mobilização dos recursos do subsídio complementar aos rendimentos dos trabalho e criar mecanismos para apoiar as pequenas empresas, para estas conseguirem cumprir com o salário mínimo e manter a relação de trabalho como os trabalhadores que auferem salários baixos, assumindo esta solução como mecanismo transitório do regime de salário mínimo. É de salientar que a criação dos referidos mecanismos pode contribuir para colocar um ponto final ao subsídio complementar do Governo! Por exemplo, no primeiro ano da aplicação do salário mínimo, se os empregadores garantirem salários correspondentes a 70% do salário mínimo aos trabalhadores que recebem o referido subsídio complementar, contratados por pequenas empresas ou pequenos proprietários de prédios habitacionais, cujos salários sejam inferiores ao salário mínimo legalmente fixado, o Governo concede uma bonificação salarial complementar às pequenas empresas, para que os trabalhadores possam receber o salário mínimo. E estas, para manterem a bonificação, têm de prometer aumentos salariais anuais de 6%, no mínimo, até que o salário pago pelo empregador atinja o salário mínimo.

Estes mecanismos funcionam como amortecedores dinâmicos, podem contribuir para colocar um ponto final ao referido subsídio do Governo e para assegurar o emprego dos trabalhadores que auferem salários baixos, e conceder ainda às pequenas empresas um período amortecedor de oito anos, para estas poderem, temporariamente, aliviar-se da pressão dos salários. Estas empresas acabam assim por ter mais vantagens, porque dispõem de uma oportunidade, isto é, de um período de tempo razoável para aperfeiçoarem os seus negócios e assegurarem a sua sobrevivência. Se o Governo dá importância ao valor das pequenas empresas, deve deixar de fazer vista grossa às suas necessidades e oferecer-lhes verdadeiros benefícios!

IAOD do Deputado Au Kam San em 13.12.2017

Transferir recursos para os idosos Injectar capital no Fundo de Segurança Social com as receitas brutas do jogo atribuídas à Fundação Macau

Segundo a Lei Básica, a responsabilidade de cuidar dos idosos e de protegê-los compete à RAEM, e é parte essencial para a melhoria da segurança social. Mas o Fundo de Segurança Social (FSS), que assume essa função, encontra-se sempre na situação de serem mais as despesas do que as receitas. Assim, receio que, um dia, o FSS fique “seco”, se não for criado para este um regime de injeção permanente e eficaz, e que os jovens contribuintes estejam a contribuir para um fundo “morto”. Claro que o FSS não vai ficar “seco” se o Governo tiver capacidade económica, só que “as flores não florescem eternamente”, isto é, as finanças públicas podem ficar sem receitas gigantes. Os sectores do jogo e do turismo têm fraca capacidade para suportar riscos, e qualquer mudança pode levar a um impacto desastroso para estes sectores predominantes. Portanto, na altura de abundância, o Governo deve aproveitar bem a reserva, e aplicar recursos na formação de talentos e no FSS, com vista ao desenvolvimento sustentável da sociedade.

Há alguns anos, o Governo da RAEM criou um regime sustentável a longo prazo para a injeção faseada de 37 mil milhões de patacas, em 3 anos, no FSS, com vista a este poder funcionar de forma sustentável. Mas será que esta transferência de verbas segundo a vontade do Chefe do Executivo é um regime sustentável de longo prazo? De acordo com as informações oficiais, actualmente, o FSS dispõe de um saldo de 60 a 70 mil milhões e, pelo número, creio que é um saldo bastante elevado; de acordo com os cálculos, anualmente, o FSS distribui cerca de 3 mil milhões de patacas e com as transferências normais do Governo não haverá grandes problemas durante os próximos 20 anos. Mas são cálculos estáticos e que não reflectem a realidade, porque Macau já entrou numa fase de envelhecimento da sociedade e, no futuro, vai ser de superenvelhecimento, e isto significa que vai haver cada vez mais pessoas a receberem a pensão para idosos, o que quer dizer que os cerca de 60 mil milhões poderão não ser suficientes para os próximos 10 anos.

Actualmente, sabemos que existe um problema estrutural no FSS, isto é, as receitas não conseguem cobrir as despesas, pois o valor recebido através das contribuições está muito longe das despesas com as pensões e outros subsídios a pagar, por isso é necessário que o Governo injecte verbas. Mas só as transferências correntes não são suficientes, pois ainda são necessários os referidos 37 mil milhões de patacas, mas isso, para além de poder ser afectado pela posição a tomar pelo dirigente do Governo da RAEM, também está dependente da capacidade orçamental, por isso, a longo prazo, há falta de credibilidade.

Assim, sugiro que o Governo da RAEM transfira para o FSS a maior parte dos recursos financeiros provenientes das receitas brutas do jogo atribuídas à Fundação Macau, para assegurar uma utilização anual racional destes recursos, no valor de cerca de vários milhares de milhões. Com esta base, sugiro ainda que o FSS defina publicamente uma tabela que preveja o *cash flow* dos futuros 20 anos e aproveite este momento de abundância da reserva financeira para criar um mecanismo de injeção de valores avultados, para assegurar a capacidade de pagamento da pensão de velhice quando a estrutura populacional passar a superenvelhecida, e assegurar o ajustamento periódico desta pensão e o seu aumento contínuo até atingir o nível do índice mínimo de subsistência individual.

Aos idosos que não efectuaram contribuições antes de 2011 só foram permitidas contribuições retroactivas correspondentes a 180 meses, o que resulta em que só podem obter a metade da pensão de velhice (e se continuarem a efectuar as contribuições até ao momento só podem obter dois terços da pensão, nada tão bonito como se diz no panfleto das LAG: que cada idoso obtém uma média mensal de cerca de 5 mil patacas). Por isso, sugiro mesmo que se permita que estes cerca de 20 mil idosos efectuem novamente todas as contribuições retroactivas para poderem obter a pensão por inteiro, no sentido de mostrar que a RAEM respeita os idosos e que o Governo da RAEM trata cada idoso de forma justa.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 13.12.2017

Efeito das actividades culturais

Recentemente, a escolha da Presidente do Instituto Cultural e o rumo do desenvolvimento cultural de Macau despertaram a atenção da sociedade. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para apresentar algumas sugestões para as futuras actividades culturais.

Na área da cultura, com o trabalho intensivo do Instituto Cultural e das associações de diferentes dimensões durante muitos anos, têm sido promovidas diversas iniciativas de qualidade, como o Festival Internacional de Música e o Festival de Artes, organizados pelo Governo, e teatros privados. Assim, conseguiu-se mudar a cultura de “oferecer bilhetes”, e muitos residentes e turistas são atraídos a comprar bilhetes para as actividades. O sucesso destas iniciativas tem a ver com a atenção prestada ao seu teor. Porém, sob a directriz de criar uma cidade de festividades, preconizada pela Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, os efeitos de algumas iniciativas organizadas nos últimos anos têm suscitado dúvidas.

Veja-se o exemplo do recente 2.º Festival Internacional de Cinema e Cerimónia de Entrega de Prémios que, de acordo com informações oficiais, 10 mil dos 15 mil bilhetes eram cupões que foram distribuídos principalmente às escolas, associações, e a profissionais do sector cultural e artístico de Macau e do exterior, e da comunicação social. Esta iniciativa custou 20 milhões de patacas do erário público, e deveria servir para atrair turistas e criar marcas culturais locais. Se até foi difícil convencer as pessoas a comprar bilhetes, como é que se pode dizer que a iniciativa alcançou os objectivos?

A política e a ideia de aumentar a atractividade de Macau através de iniciativas culturais não têm problemas, o Governo tem é de ter medidas para avaliar os resultados da respectiva execução.

Em primeiro lugar, temos de clarificar a natureza e o objectivo das actividades culturais e canalizar recursos razoáveis para a sua organização. Mais, temos também de assegurar que a eficiência destas actividades seja avaliada e reflectida em dados concretos, tais como, número de turistas, montante das receitas, grau de satisfação e participação dos residentes, etc., pois só assim é que conseguimos saber, de entre os projectos planeados pelo Governo, quais são produtivos e quais são inúteis. A utilização do erário público para a organização de actividades exige que o Governo preste contas da eficácia real das mesmas.

Em segundo lugar, se o objectivo da actividade for cultivar um ambiente cultural, ou seja, o seu foco não está nos rendimentos, o Governo também deve definir indicadores passíveis de rastreio, tais como a taxa de participação do

peçoal local do sector cinematográfico, com vista a esclarecer a contribuição desta actividade para o desenvolvimento cultural. Não podemos só emitir notas de imprensa e convidar alguém a pisar o tapete vermelho para dizer que a actividade promoveu o desenvolvimento cultural de Macau.

Portanto, o posicionamento e as metas das actividades, sejam elas culturais e criativas, turísticas ou de sensibilização, têm de ser claros e corresponder às condições reais de Macau. Os membros do Governo não devem ser ambiciosos e avançar com as actividades só por avançar, e quando a atracção é zero, oferecer bilhetes para as salas não ficarem vazias. Isto afecta o ajuizamento do Governo e dos cidadãos sobre os efeitos das actividades, é um desperdício de recursos, e afecta as pessoas que pagaram bilhete, os residentes passam a criar o hábito da oferta de bilhetes, afectando gravemente a cultura de pagar, criada pelo sector cultural, bem como o desenvolvimento do sector e do seu ambiente de exploração.

Espero que as autoridades com responsabilidades na área cultural façam uma boa gestão, utilizem racionalmente o erário público, prestem atenção à qualidade do seu trabalho, sejam mais pragmáticas e adoptem uma política cultural visionária, a fim de contribuírem verdadeiramente para o sector cultural de Macau.

高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tendo em consideração que o CHCSJ se encontrava a "romper pelas costuras" face ao aumento populacional e o número astronómico de visitantes que chegam anualmente a Macau, o Governo decidiu em 2010 abrir um concurso convidando directamente o atelier de um membro do Conselho Executivo pagando cerca de 230 milhões para "desenhar" o futuro Complexo Hospitalar das Ilhas e respectivos edifícios complementares.

Foi prometido que a construção começaria em 2011 e que o Complexo Hospitalar seria inaugurado em 2014. Contudo, em Maio de 2012 o Director dos SS admitiu que as estimativas dos prazos tinham sido mal feitas apresentando nova calendarização com data de conclusão em 2014. Também admitiu que o Edifício das Urgências e Hospital Geral estariam prontas apenas em 2017 mas cuja data que também deixaria de ser cumprida.

O Director dos SS ainda afirmou que previa que as obras estariam todas em andamento entre Dezembro e início de 2016 o que demonstrou ser falso. Recentemente e no Plenário das LAG para 2018 o responsável máximo para a área de Obras Públicas e Transportes afirmou ainda estar à espera dos planos conceptuais para poder aprovar e avançar com a construção.

Todavia, em 6 do corrente mês, os Serviços de Saúde publicaram uma nota oficial afirmando que "o conceito da planta de execução de obra do Complexo dos Cuidados de Saúde das Ilhas foi aprovada pelo Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em Novembro passado..." (sic). Então em que é que ficamos?

Muitos cidadãos perguntaram-me que razões fundamentaram a escolha do escritório do arquitecto que é membro do Conselho Executivo por via de convite directo na construção de um Centro Hospitalar e porque é que não há responsáveis pelos atrasos nos "desenhos" e da construção dos edifícios e se vão ser aplicadas multas nos termos legais e contratuais.

Também muitos cidadãos perguntam quando vai o Governo divulgar definitivamente as datas de conclusão das obras bem como o custo geral das mesmas que neste momento ascendem aos dois mil milhões de patacas. São tantas as perguntas que os cidadãos fazem que chegou de facto a hora de haver mais transparência governativa e mais responsabilidade sobre assuntos estritamente de interesse público.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 13 de Dezembro de 2017.

José Pereira Coutinho